



## **11 DE FEVEREIRO DE 2019**

### **Segunda-feira**

- **PALESTRA E CLÍNICA TECNOLÓGICA SOBRE "MEIO AMBIENTE"**
- **HORÁRIO DE VERÃO TERMINA NO PRÓXIMO DOMINGO!**
- **CNI: NOVOS ACORDOS COMERCIAIS PODERIAM SER MAIS VANTAJOSOS AO BRASIL**
- **VOLUME DE NOVAS EMPRESAS NA BOLSA SERÁ MEDIDA DE FORÇA FUTURA**
- **MEIS CONTAM COM O AUXÍLIO DE TÉCNICOS PARA A DECLARAÇÃO**
- **BOLSA IRÁ MUITO ALÉM DOS 100 MIL PONTOS COM INVESTIDOR ESTRANGEIRO**
- **REFORMA DA PREVIDÊNCIA VAI LIMITAR REFINANCIAMENTO DE DÍVIDA COM INSS**
- **GOVERNO ESTUDA GATILHO QUE RETARDARIA APOSENTADORIA DAS MULHERES NO PAÍS**
- **SINDICATOS RECEBEM CHUVA DE LIGAÇÕES SOBRE CORTE NOS SALÁRIOS**
- **ARTIGO: CNT CRÍTICA OAB E VAI AO SUPREMO PARA MANTER TETO DE 50 SALÁRIOS PARA INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS**
- **REAJUSTE DA APOSENTADORIA NÃO COBRE DESPESAS BÁSICAS DOS BENEFICIÁRIOS**
- **DISPUTA NA PASTA DA ECONOMIA ESTÁ POR TRÁS DE OPERAÇÃO PADRÃO DA RECEITA**
- **BRASIL, EUA E MÉXICO LIDERAM PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NAS AMÉRICAS**
- **CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DEVE CRESCER 7% EM FEVEREIRO**
- **REGRAS DE PAINÉIS SOLARES DEVEM MUDAR E TORNAR ALTERNATIVA MAIS CARA**
- **CRESCIMENTO ECONÔMICO E FORTE CALOR ELEVARÃO DEMANDA DE ENERGIA NO ANO**
- **ENERGIA LIVRE' CHEGA A 30% DO MERCADO**

- IGP-M ACUMULA TAXA DE INFLAÇÃO DE 6,88% EM 12 MESES
- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS REDUZEM PELA 4ª VEZ ESTIMATIVA DE INFLAÇÃO
- ARTIGO: Os 5 HÁBITOS DOS INVESTIDORES EFICAZES
- PETROBRAS REDUZ EM 3% GLP EMPRESARIAL NAS REFINARIAS
- IMPACTOS DA AUTOMAÇÃO TERÁ REPERCUSSÃO NO MERCADO DE TRABALHO
- MUDANÇAS NO SETOR AUTOMOTIVO EXIGEM APORTES BILIONÁRIOS
- MONTADORAS RECEBERAM 'SOCORRO' RECORDE DE US\$ 15 BI DAS MATRIZES EM 2018
- NISSAN FIRMA ACORDO PARA TECNOLOGIA DE RECARGA ELÉTRICA
- MINERADORAS GLOBAIS APRIMORAM SISTEMAS DE SEGURANÇA
- DIÁLOGO INDUSTRIAL - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NO MERCADO EXTERNO (CURITIBA)

CÂMBIO EM 11/02/2019		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,747	3,748
<b>Euro</b>	4,230	4,233

Fonte: BACEN

## Palestra e Clínica Tecnológica sobre "Meio Ambiente"

11/02/2019 - Fonte: SINDIMETAL/PR

*Convite*  
*Palestra e clínica*  
*tecnológica sobre...*

**Meio Ambiente**

O SINDIMETAL/PR, em parceria com o SENAI, convida para as palestras sobre o tema "Meio Ambiente" a serem realizadas no dia:

**21 de Fevereiro de 2019**  
Das 09h00 às 11h  
SENAI CIC – IST. de Meio Ambiente & Química  
Rua Senador Accioly Filho, 298 – CIC – Curitiba - PR

• 09h00 – 09h20 – ABERTURA: SINDIMETAL/PR e SENAI

**Temas Abordados:**

- 09h20 – 09h40 – Resíduos sólidos e logística reversa – Elcio Herbst
- 09h40 – 10h00 – Licenciamento ambiental, efluentes líquidos – Maurício J. da Silva
- 10h00 – 10h20 – Emissões atmosféricas e passivos ambientais – Felipe P. de Moraes
- 10h20 – 11h00 – Clínica tecnológica
- 11h00 – Encerramento

**IMPORTANTE:** Evento destinado a empresários, diretores, gerentes e responsáveis pela área ambiental de empresas do setor metalmeccânico do Estado do Paraná.

**Palestrantes:**



**Elcio Herbst**  
Mestre em Meio Ambiente Urbano e Industrial pela UFR, SENAI e Universidade de Stuttgart



**Maurício J. da Silva**  
Tecnólogo em Gestão Ambiental, pelas Faculdades Integradas Cambões



**Felipe Pires de Moraes**  
Especialista ambiental e sanitária pela FAE Business School

As inscrições poderão ser feitas até o dia **18/02/2019**, com Eliane da Medeiros Maciel, pelo telefone (41) 3218-3935, ou pelo e-mail [assistente.laudico@sindimetal.com.br](mailto:assistente.laudico@sindimetal.com.br)

**VAGAS LIMITADAS e exclusivas para empresas associadas.**

 **SENAI**

## **Horário de Verão termina no próximo domingo!**

11/02/2019 – Fonte: Tribuna PR



Foto: Arquivo/Gazeta do Povo

Meia noite deste domingo (17) termina o **Horário de Verão** e os relógios deverão ser atrasados em uma hora. É preciso ficar atento, já que na véspera do início do horário de verão muitos celulares acabaram mudando o horário antes mesmo da data oficial.

Além do Distrito Federal, dez estados precisarão adaptar seus ponteiros: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Espírito Santo. A população do Norte e do Nordeste não é afetada porque os estados da região não são incluídos no horário de verão.

## **CNI: novos acordos comerciais poderiam ser mais vantajosos ao Brasil**

11/02/2019 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 10-02-2019)

### **Há possibilidade de serem beneficiados 134 grupos de produtos**

O governo brasileiro negocia atualmente pelo menos quatro importantes acordos de livre comércio, entre eles entre o Mercosul e a União Europeia, considerado o mais aguardado. Levantamento inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que mais produtos brasileiros poderiam ser beneficiados se o país tivesse acordos com economias onde ainda não há nenhuma negociação em andamento. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos (EUA).

Segundo a entidade, há oportunidades em grupos de produtos de setores como alimentos, químicos, veículos automotores, madeira, couro e calçados. Há vantagens em potencial também com a África do Sul e com países da América Central que fazem parte bloco regional Sistema de Integração Centro-Americana (Sica), formado por Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana. Ao todo, 134 grupos de produtos poderiam ser beneficiados.

Nas economias com as quais o Brasil negocia diretamente, como Canadá, Coreia do Sul e a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) - formada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein -, há oportunidades, mas elas são bem menores. Para chegar a esse resultado, a CNI cruzou os dados de sete estudos que tratam das oportunidades para as exportações brasileiras, com as tarifas cobradas dos produtos nacionais que poderiam ser reduzidas ou zeradas em um acordo comercial.

"Não é que deve haver uma reorientação das atuações negociações, mas é preciso abrir novas negociações de acordos comerciais, porque o estudo mostra que temos mais oportunidades com países com os quais ainda não estamos negociando", explica Diego Bonomo, gerente executivo de Assuntos Internacionais da CNI.

Para se ter uma ideia, dos 134 grupos de produtos brasileiros exportados para os EUA, 70 enfrentam altas tarifas de importação, como o imposto cobrado sobre fumo (77,8%), veículos (25%), carne bovina (10,9%), partes de calçados (9,%) e polietileno (6,5%). No caso EFTA, bloco com o qual o Brasil já negocia um acordo, o número de produtos que enfrentam tarifas de importação é menor, cerca de 39.

"Mais negociações em andamento fazem com que os países queiram competir entre si pelo acesso preferencial ao mercado brasileiro. Você não cria nenhum estímulo para o europeu fechar uma negociação, por exemplo, se ele não se sente ameaçado por outro país, como os EUA e o Japão, que também poderiam estar negociando com o Brasil. É o que as grandes potências fazem, elas estabelecem essa dinâmica de negociar vários acordos ao mesmo tempo", argumenta Bonomo, da CNI.

### **Prioridade**

A principal região do mundo a ser explorada pelo país, defende Diego Bonomo, são as Américas, onde o Brasil mantém acordos apenas com os vizinhos mais próximos. "Praticamente existe uma área de livre comércio na América do Sul, onde o Brasil tem acordos com praticamente todos os países, mas não há nenhum acordo com a América Central nem com os três da América do Norte (México, EUA e Canadá). É a região onde a indústria brasileira tem mais oportunidades no momento", afirma.

No caso da América Central, um acordo do Brasil com o Sica poderia reduzir ou eliminar barreiras tarifárias para 80 produtos brasileiros, que enfrentam altos impostos, como móveis de madeira (15%), açúcar de cana (144%), couros (15%), ladrilhos de cerâmica (10%) e papel (7,3%). Trata-se de uma região com oportunidades maiores do que a Coreia do Sul, país que atualmente negocia um acordo com o Brasil, mas onde um número menor de 26 grupos de produtos enfrenta tarifas de importação.

### **Alternativas**

Fora das Américas, um país com grande potencial para a indústria brasileira seria a África do Sul, maior economia do Continente Africano. "Nosso acordo com eles é muito pequeno. Sabemos que eles têm receio de negociar com o Brasil por causa da competitividade na nossa agricultura e da indústria, mas um acordo seria a primeira âncora mais forte no continente, onde o Brasil só tem acordo com o Egito".

Para contornar a resistência de países emergentes, como a África do Sul e o México, Diego Bonomo sugere a possibilidade de acordos que englobem uma gama maior de produtos. "Não precisa ser necessariamente um acordo de livre comércio, podendo deixar setores mais sensíveis de fora, mas é possível ampliar bastante as oportunidades", ressalta.

No caso do Japão, de 50 grupos de produtos brasileiros, em 21 deles o exportador enfrenta tarifas de importação. Exemplos de produtos e o percentual do imposto de importação cobrado são: carne suína (48,3%), couros (14%), álcool etílico (8%), ácido glutâmico e seus sais (5,2%) e ferroligas (2,5%). Bonomo acredita que o país asiático, um das economias mais desenvolvidos do mundo, estaria mais aberta a negociar com o novo governo brasileiro.

"O Japão é muito defensivo na questão agrícola, nem tanto com o Brasil, mas com outros países sul-americanos, principalmente por causa da exportação do arroz, produto que tem valor cultural forte para eles e por isso sofre barreiras de importação. Mas o governo brasileiro já sinalizou que quer e o Japão está interessado em se aproximar do governo", avalia.

### **Canadá e União Europeia**

O acordo com a União Europeia já está concluído em 95%, mas ainda depende de um movimento do bloco europeu em torno de uma oferta agrícola mais favorável para os países do Mercosul, afirma Diego Bonomo. "Se o acordo com a União Europeia avançar, com o EFTA também avança".

Em curto prazo, no entanto, o acordo que tem mais chance de sair seria com o Canadá. Ao menos 17 grupos poderiam ser beneficiados com esse acordo, como trigo, produtos de carne, calçados, lápis e automóveis. "Eu acho que o Canadá seria um bom acordo

para fechar este ano, porque seria o primeiro acordo com uma economia desenvolvida e uma sinalização para a União Europeia, para deslanchar de vez", conclui.

## **Volume de novas empresas na Bolsa será medida de força futura**

11/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Piora no cenário externo reduziu a demanda por papéis de novas companhias***

A sequência de altas da Bolsa brasileira ainda não foi capaz de destravar a abertura de capital de algumas companhias, um dos instrumentos de financiamento de novos projetos.

Duas empresas chegaram a flertar com IPOs (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês) no fim de 2018, mas a piora no cenário externo reduziu a demanda por papéis de novas companhias.

O ano passado fechou com três operações, ante dez em 2017. Abriram capital em 2018 as operadoras de planos de saúde NotreDame Intermédica e Hapvida e o Banco Inter.

Para 2019, o mercado trabalha com 30 operações, uma lista que se repete há alguns meses sem muitas novidades.

Se para chegar aos 100 mil pontos a Bolsa brasileira não deve precisar do investidor estrangeiro, o mesmo não será possível dizer sobre a abertura de capital de empresas. "Tem uma seletividade muito grande, e o estrangeiro é muito relevante para o IPO", diz Evandro Buccini, economista da Rio Bravo Investimentos.

Enquanto estrangeiros têm participação menor do que 50% na Bolsa, nas aberturas de capital eles costumam comprar 60% dos papéis em oferta.

Fabio Okumura, da gestora Gauss Capital, considera que há empresas saudáveis à espera de investidores.

"As que sobreviveram [à crise] fora da Bolsa passam a ser as melhores opções para os investidores", diz.

Para isso, o cenário externo também precisa dar sinais de melhora. Isso vem acontecendo, mas ainda não com força suficiente para o fluxo de recursos entrar no Brasil.

## **MEIs contam com o auxílio de técnicos para a declaração**

11/02/2019 – Fonte: Bem Paraná

Começa nesta segunda-feira (11) o período de entrega da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN) para os microempreendedores individuais (MEIs). A declaração anual é um procedimento obrigatório exigido pela Receita Federal e para auxiliar os microempreendedores nessa tarefa, a Prefeitura de Curitiba, em parceria com o Sebrae, oferece atendimento em todos os Espaços Empreendedor.

Durante as Semanas DASN, que acontecem de 11 a 22 de fevereiro, o microempreendedor pode tirar dúvidas sobre como funciona o procedimento e fazer a declaração na hora, com a assistência de um técnico. Para isso, basta levar um documento pessoal com foto, o número do CNPJ e o valor total faturado em 2018, de janeiro (ou a partir do mês de abertura da empresa) até o último dia de dezembro.

O valor limite de faturamento do MEI não deve ultrapassar R\$ 81 mil, mas caso isso tenha ocorrido o empresário pode tirar todas as dúvidas com os atendentes.

Pendências no recolhimento dos impostos devidos também podem ser negociadas e parceladas durante o atendimento.

O prazo final para a entrega da declaração é dia 31 de maio. A declaração também pode ser feita diretamente no Portal do Empreendedor.

### Capacitação

Em fevereiro também vão ser oferecidos dois cursos de capacitação abertos à população. A ação é uma parceria entre a Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação e o Sebrae-PR.

## **Bolsa irá muito além dos 100 mil pontos com investidor estrangeiro**

11/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Projeção de analistas considera que atual nível conta apenas com investimento local***

A Bolsa brasileira caminha para os 100 mil pontos envolta no otimismo do investidor local com a guinada liberal na política econômica do país e a expectativa de uma reforma da Previdência capaz de garantir crescimento sustentado do PIB (Produto Interno Bruto) pelos próximos três a cinco anos.

Já o estrangeiro, que sempre teve papel importante para alavancar o mercado acionário, oscila entre a reticência com o ambiente político no Brasil e um cenário externo de maior aversão ao risco.

Na prática, é ele que poderá ser o motor para conduzir o Ibovespa, índice das ações mais negociadas por aqui, a novas mudanças de patamar —a marca dos 100 mil pontos deve vir mesmo sem o fluxo de capital externo.



Tabelas e gráficos eletrônicos na Bovespa B3 - Rahel Patrasso/Xinhua

Na segunda-feira (4), o Ibovespa renovou máxima histórica ao fechar a 98.588 pontos, após subir 11% só em janeiro.

A escalada foi interrompida nos dias seguintes por adversidades no exterior, certo bate-cabeça do governo brasileiro em relação à Previdência e pelo adiamento da alta do presidente Jair Bolsonaro —de quem depende a palavra final sobre o projeto da reforma—, que segue internado em São Paulo para se recuperar de cirurgia.

Apesar do freio, profissionais do mercado afirmam que não houve mudança de viés para a Bolsa.

“O número 100 mil em si não quer dizer muita coisa, o que importa é a tendência, que continua positiva. Enquanto o governo fizer esse esforço para melhorar a situação fiscal, a tendência vai ser de alta e até acima disso”, afirma Vicente Matheus Zuffo, gestor de fundos da SRM.

“Se não vier um vento ruim do exterior, essa marca pode chegar realmente rápido”, afirma.

Apesar da expectativa eufórica de parte do mercado, começam a surgir as primeiras indicações de que algumas ações já estejam caras.

Além disso, há a memória de que o mercado levou quase 12 anos para dobrar de tamanho, em relação aos 50 mil pontos atingidos em 2007. Enquanto isso, o CDI, taxa referência para investimentos na renda fixa, acumulou ganho de mais de 220% nesse período.

Corrigido pela inflação, porém, o Ibovespa ainda está ligeiramente distante do pico de 2008: teria de ultrapassar, hoje, os 135 mil pontos.

A jornada rumo aos 100 mil pontos começou em 2016, reflexo do impeachment de Dilma Rousseff (PT) e da posse do então vice-presidente Michel Temer (MDB).

“A Bolsa brasileira ficou muito para trás de qualquer investimento de renda fixa e Bolsas internacionais entre 2013 e 2016. De lá para cá, vem uma recuperação exuberante, muito pautada por uma mudança robusta na condução da política econômica”, diz Evandro Buccini, economista da Rio Bravo Investimentos. O período de piora casa com a recessão da economia brasileira e a forte intervenção do governo no mercado, diz.

“Houve destruição da lucratividade das empresas. Elas fizeram a lição de casa no que podiam, demitindo pessoas e cortando custos, e estão mais eficientes do que eram lá atrás”, afirma.

“As empresas que se adequaram à realidade mais complicada sobreviveram, temos as melhores”, diz Fabio Okumura, da gestora Gauss Capital.

A crise econômica deixou o PIB brasileiro negativo por 11 trimestres e tirou 8,2% da economia. Nesse processo, as empresas lucraram menos e reduziram expectativas de melhoria nos negócios.

Quando um investidor compra ações em Bolsa ele espera que a companhia apresente crescimento nos períodos seguintes (trimestres ou anos).

Em uma conta simples, o potencial de ganho acima da variação do PIB dependerá de quanto mais seu negócio poderá avançar no mercado —considerando que o PIB avance de forma constante.

“O crescimento expressivo de lucro das empresas justifica parte desse caminho [de alta da Bolsa]. Daqui em diante, o que vai haver é uma revisão de crescimento dos lucros por um período composto de anos”, diz Karel Luketic, analista-chefe da XP Investimentos.

A corretora tem dito em relatórios que algumas empresas do Ibovespa, como as ligadas ao consumo doméstico e ao setor bancário, podem estar chegando a um patamar em que dificilmente entregariam ganhos maiores que os já embutidos no valor das ações. Ou seja, estariam começando a ser consideradas caras.

A medida é a relação preço/lucro. No atual patamar, o Ibovespa negocia 12,5 vezes lucro das empresas, ante média histórica 12,3 vezes, diz Luketic.

“A visibilidade [para o futuro] melhora e o mercado começa a ficar mais caro.”

Enxergar a Bolsa cara ou barata depende também do otimismo com a aprovação da reforma da Previdência, justamente pela visão de que ela pode abrir caminho para um crescimento sustentado do país.

O presidente do Itaú Unibanco, maior banco privado do país, Candido Bracher, estima que uma probabilidade de 70% a 75% de aprovação da reforma já está embutida no atual valor do Ibovespa.

“Eu acho que o que subirá com a aprovação da reforma será bastante, mas menos do que cairá se o mercado se convencer de que a reforma não virá”, disse a jornalistas.

Apesar do episódio conhecido como Joesley Day —o dia 18 de maio de 2017, quando o mercado financeiro despencou após a divulgação de gravação do executivo da JBS Joesley Batista com Temer—, investidores locais parecem não trabalhar com a possibilidade de a reforma não passar.

O governo Temer estava, até então, comprometido com a medida, mas acabou usando seu capital político para barrar denúncias de corrupção contra o presidente no Congresso, sepultando o projeto e encerrando precocemente uma agenda de reformas que não era inteiramente compartilhada pela ala petista da chapa à época da eleição de 2014.

Agora, a leitura que se faz é que o governo Bolsonaro já foi eleito com a bandeira das reformas e, por isso, terá respaldo para aprová-las, ainda que sejam impopulares.

Se não há no mercado muita dúvida sobre a aprovação de mudanças na Previdência, permanecem questionamentos sobre a velocidade das discussões no Congresso. Há, por enquanto, um processo de ajuste de expectativas.

Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, projeta dois meses de discussões na Casa, o que começa a adiar para o segundo semestre a decisão final.

Possíveis oscilações bruscas da Bolsa no primeiro semestre estarão relacionadas não apenas à demora na tramitação do texto, mas aos motivos que eventualmente atrasem a aprovação.

“Acho que será aprovada até 2019, mas passar até meados desse ano é muito difícil. E as reações do mercado serão distintas se forem sequências de derrotas ou atraso regimental”, diz Buccini, da Rio Bravo.

Enquanto a incerteza paira, o estrangeiro demora a voltar ao Brasil. Nos últimos meses de 2018, enquanto a Bolsa galgava máximas, recursos de fora eram resgatados pelo pânico de uma desaceleração da economia global.

O banco central americano (Federal Reserve) se mostrou, em janeiro, sensível a uma possível crise e sinalizou uma pausa no aumento da taxa de juros do país. Em tese, o movimento faria sobrar recursos para emergentes, mas o dinheiro entra de forma tímida.

Okumura, da Gauss Capital, vê também algum receio político dos estrangeiros com o novo governo. Eles estariam comparando a gestão de Bolsonaro a regimes como o de Recep Erdogan, da Turquia, eleito com uma pauta liberal, mas que passou por uma guinada intervencionista.

Buccini minimiza. Para ele, os estrangeiros mais sofisticados conhecem os riscos e acompanham de perto a política de emergentes, descartando esse tipo de temor.

O pequeno investidor, enquanto isso, se aproxima da fatia de 20% de participação na Bolsa, volume considerado tímido. “Somos um país de 210 milhões de habitantes, não dá para ter 800 mil pessoas em Bolsa”, diz Felipe Miranda, economista-chefe da Empiricus.



Mas isso não quer dizer que o brasileiro esteja completamente de fora desse mercado. Se o Ibovespa subiu com as compras de ações de investidores locais, isso significa que fundos multimercado e de ações, principalmente, se posicionaram. E são eles que têm garantido ao pequeno investidor seu quinhão.

“As pessoas estão percebendo que, com essa taxa de juros baixa, precisam sair da zona de conforto e procurar outros investimentos. Isso, associado à atuação arrojada das corretoras, especialmente no mundo digital, leva a um aumento na participação desse investidor”, diz Felipe Paiva, diretor de relacionamento com Clientes Brasil da B3.

## **Reforma da Previdência vai limitar refinanciamento de dívida com INSS**

11/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

A equipe econômica estuda propor dispositivos para que a Constituição limite as possibilidades de programas de refinanciamento (Refis) para dívidas previdenciárias. A medida deve fazer parte do texto da reforma da Previdência. O objetivo é impedir descontos e redução da dívida das empresas e pessoas físicas com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Além disso, ficaria vedado o parcelamento da dívida em prazos muito longos —maiores do que cinco anos.

O programa mais amplo desse tipo nos últimos anos, aprovado em 2017, previa modalidades de pagamento com prazos que chegavam a 15 anos para quitação da dívida.



Prédio da Receita Federal em Brasília - Sergio Lima/Folhapress

Em linha com o discurso de coibir fraudes, donos e administradores de empresas podem ter seus patrimônios incluídos na cobrança da dívida em caso de comprovado dolo.

Órgãos do governo federal, como a Receita Federal, têm uma reivindicação histórica pelo fim ou a limitação dos programas de refinanciamento de dívidas tributárias. Nos últimos anos, a aprovação de projetos pelo Congresso Nacional beneficiou devedores em diversas áreas.

Foram criados programas especiais para produtores rurais, pequenas empresas, petroleiras, estados e municípios, além de programas amplos, sem delimitação de área.

Cada proposta traz descontos para incentivar os pagamentos. Os optantes pelo programa aprovado em 2017 tinham redução de até 90% dos juros e 70% das multas.

Responsável pela elaboração da proposta de reforma nas regras de aposentadoria, o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, tem se reunido também com integrantes da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), que atua na cobrança de dívidas com a União.

Técnicos da equipe econômica explicam que é possível incluir na Constituição condicionantes para o parcelamento das dívidas com o INSS, principalmente diante da necessidade de ajustar as contas da Previdência.

Eles argumentam que governos anteriores adotaram a criação de Refis como uma prática constante para tentar aumentar a arrecadação e, por isso, empresas não pagariam contribuição previdenciária à espera dos benefícios de um novo programa.

Segundo dados da PGFN, a dívida ativa da União reúne R\$ 491 bilhões em pendências previdenciárias de pouco mais de um milhão de empresas e pessoas físicas. Apenas 35,4% desse valor é de provável recuperação.

Entre os maiores devedores de contribuição previdenciária, segundo o governo, estão a JBS, a Petrobras e a Marfrig. Cada uma dessas empresas deve mais de R\$ 1 bilhão, de acordo com dados do fim de 2018.

Para regularizar a situação, essas empresas participam de programas de refinanciamento ou conseguiram suspender a cobrança na Justiça. Conforme publicado pela **Folha** na terça-feira (5), a equipe econômica pretende incluir na reforma da Previdência mudanças em normas para aprimorar a recuperação de dívidas com o INSS.

Entre os pontos estudados está a criação de uma trava para que empresas em boas condições de arcar com suas dívidas sejam impedidas de aderir a programas especiais de refinanciamento.

A estratégia do governo é contra-atacar críticas à reforma. Alguns economistas e parlamentares afirmam que o governo teria de cobrar dos devedores antes de tornar as regras mais rígidas.

Marinho, que pretende se reunir com bancadas partidárias na tramitação da PEC, tem um discurso pronto: mesmo se o governo recuperasse toda a dívida, o rombo do regime voltaria a ser grande no ano seguinte. Por isso, a reforma é necessária. A proposta da Previdência deve ser encaminhada ao Congresso ainda em fevereiro.

Em relação à dívida com a Previdência, a JBS informou que aderiu ao Pert (Programa Especial de Regularização Tributária) em 2017 para quitar as pendências. Disse ainda que se encontra em situação regular, cumprindo os parcelamentos pontualmente.

A Petrobras afirmou que a dívida da estatal se refere a pagamentos de abonos e gratificações de empregados sobre os quais a companhia entende não incidir contribuições previdenciárias. Ressaltou que os débitos estão em litígio judicial e possuem garantia.

"A Petrobras cumpre rigorosamente suas obrigações tributárias e não se vale de qualquer estratégia financeira cujo objetivo seja a supressão ou redução de tributos", informou em nota.

Procurada, a Marfrig não respondeu aos questionamentos até a conclusão desta edição.

### **Governo estuda gatilho que retardaria aposentadoria das mulheres no país**

11/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 10-02-2019)

Uma minuta de PEC (proposta de emenda à Constituição) de reforma da Previdência circulou no Congresso na semana passada. Integrantes do governo argumentam que ela seria apenas uma das propostas em discussão e que algumas das medidas já foram até revistas.

Mesmo não sendo um texto definitivo, a proposta indica alguns caminhos pretendidos pelo governo.

Por essa proposta, a equipe de Paulo Guedes, ministro da Economia, busca facilitar mudanças futuras, retirando da Constituição regras de acesso a benefícios previdenciários e assistenciais.

O tempo mínimo para a aposentadoria por tempo de contribuição e a idade mínima para o benefício por idade, por exemplo, foram incluídos na Constituição em 1998 pela emenda 20.

Um dos pontos de distensão no governo é a idade mínima para a aposentadoria. A proposta tornada pública estabelece que a idade mínima (de 65 anos para homens e mulheres) valha só para novos segurados. O tempo mínimo do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) seria de 20 anos.

Ainda que haja consenso sobre a criação do requisito, não se sabe se realmente será igual para homens e mulheres, ou mesmo o patamar inicial. O presidente Jair Bolsonaro já defendeu 57 anos, para mulheres, e 62, para homens. O governo quer garantir que ela não seja fixa.

A minuta de uma das versões da PEC prevê um gatilho que aumente a idade mínima quando houver avanço na expectativa de sobrevida e estabelece a possibilidade de haver diferenciação por gênero e por tipo de atividade, se urbana ou rural.

Se esse gatilho for mantido, as mulheres poderão ser mais afetadas pois vivem mais. Nessa versão, a transição é mais abrangente e usa o sistema de pontuação do 86/96 como regra de acesso à aposentadoria por tempo de contribuição, e não mais como requisito ao benefício integral, como é atualmente.

Por não prever uma idade mínima para ter acesso à regra, essa transição inclui mais segurados, na comparação com a proposta de Michel Temer (MDB), em 2016, que exigia 55 anos, dos homens, e 53, das mulheres. A soma para ter a aposentadoria sem cumprir a nova idade mínima subiria todos os anos até chegar a 105.

Além da mudança na média salarial, que hoje considera apenas as 80% maiores remunerações, o cálculo também mudaria. O valor começaria com 60% da média salarial mais 2% para cada ano além dos 20. Por essa conta, uma segurada com 30 anos de INSS receberá 80% da média salarial. O benefício integral só sairia a quem tiver 40 anos de atividade.

Dos benefícios pagos atualmente pelo INSS, a proposta também prevê mudanças na aposentadoria especial, concedida a quem trabalha em atividade insalubre, e na pensão por morte.

No caso do benefício especial, a conversão em tempo comum, que hoje dá um bônus de 40% aos homens, só seria permitida até a publicação da emenda. Essas aposentadorias são integrais, mas passariam a ter o mesmo cálculo das demais.

Para as pensões, a proposta prevê restrições na acumulação com outros benefícios. Quem já é aposentado pelo INSS ainda poderia receber a pensão, mas o valor seria reduzido e somente o maior seguiria integral.

O segurado receberia, por exemplo, 60% do que ultrapassar o salário mínimo. O cálculo do benefício dos viúvos, que hoje é igual à aposentadoria de quem morreu, seria a metade desse valor mais cotas de 10% por dependente. A viúva, portanto, teria 60% do que recebia o marido.

O governo também tentará aproximar as regras dos servidores das previstas para os trabalhadores com carteira assinada, como idade mínima e o cálculo, além de limitar o valor dos benefícios ao teto do INSS (neste ano de R\$ 5.839,45).

Outros mecanismos, como aumento da idade de acordo com a expectativa de sobrevida, também poderão valer aos funcionários públicos.

As mudanças para os servidores poderão afetar também as contribuições. Essa proposta estabelece que os fundos do regime próprio poderão criar contribuições extraordinárias a servidores ativos, aposentados e pensionistas a fim de saldar eventual rombo nas contas. O recurso já foi adotado por fundos de pensão.

### **Sindicatos recebem chuva de ligações sobre corte nos salários**

11/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-02-2019)

#### **Entidades afirmam que cortes nos salários dos servidores vão prejudicar população**

Sindicatos temem que os maiores prejudicados em caso da aprovação da redução da jornada e salário dos servidores estaduais sejam os usuários dos serviços públicos.

Nesta semana, sete estados pediram ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, apoie os dispositivos previstos na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), atualmente suspensos.

Para as entidades de classe, os atendimentos nas áreas de educação, saúde e segurança já estão insuficientes e ficarão piores caso a iniciativa vigore.

A reportagem ouviu representantes de sindicatos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Alagoas e Pará —seis dos sete estados que assinaram a carta. Entidades de Mato Grosso do Sul não se pronunciaram.

Além da defasagem na prestação de serviços, os sindicatos reclamam que os servidores já não receberam reajustes nos últimos anos e que o número de funcionários é insuficiente na maioria dos setores que atendem diretamente a população.



Presidente do STF, Ministro Dias Toffoli - Pedro Ladeira/Folhapress

“Não acredito que isso será aprovado. Falta servidor, não tem como reduzir jornada. Na segurança, são mais de 400 municípios sem delegado. Tem que ter um acerto de contas com a União, que é quem deve a Minas Gerais os valores relativos a Lei Kandir”, disse Geraldo Antônio Henrique da Conceição, diretor político do SindPúblicos-MG (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais).

Assim como Minas Gerais, o Rio Grande do Sul também pleiteia na Justiça reaver os valores que a União deve por meio da Lei Kandir, que deveria compensar os estados pela isenção fiscal na exportação de produtos primários.

No estado, uma das áreas mais sensíveis em atendimento direto à sociedade é a da segurança pública, que enfrentou grave crise com alta nos índices no governo passado, de José Ivo Sartori (MDB). Por isso, as entidades do setor esperam que não sejam feitos os cortes.

“Vai reduzir o que já está reduzido? São 16.000 policiais quando deveriam ser 35.000, todos com parcelamento de salário, sem saber a data exata do pagamento”, disse à **Folha** Leonel Lucas, presidente da Abamf (Associação dos Servidores de Nível Médio da Brigada Militar).

Curiosamente, o estado que tomou a iniciativa de levar a carta a Toffoli, Goiás, é justamente o estado onde a redução de carga e salário já ocorria, mas de forma voluntária.

“Reduzir a carga horária tem que ser uma decisão individual. Goiás possui um dispositivo, que venceu no final do ano e deveria ser renovado, em que o servidor pode reduzir sua jornada e salário até 25%. Somente em 2018, a economia foi de R\$ 4 milhões com essa medida”, explicou Nylo Sérgio José Nogueira Junior, presidente do SindiPúblico (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Estado de Goiás).

Paraná assinou o documento apenas em apoio aos demais estados. Por isso, o presidente do APP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná) chama a iniciativa de “desnecessária”. “O Paraná tem condições financeiras de manter nossos direitos conforme as leis em vigor. É uma medida desnecessária endossar os outros estados. Já temos uma desmotivação muito grande pela forma como qual a educação é tratada”, opinou Hermes Leão.

No Pará, o sindicato se preocupa principalmente com a categoria dos agentes penitenciários, que podem acabar dispensados por não serem concursados. “Como vai reduzir salário se já estão sem reajustes?”, questiona Ezequiel Cavalheiro, presidente do Sepub (Sindicato dos Servidores Públicos e Cíveis do Estado do Pará).

Em Alagoas, a preocupação é que falte professor nas salas de aula. “Com a redução da carga, precisa contratar mais professor. Até reorganizar o quadro funcional, os alunos correm risco de ficar sem aulas”, disse Lucas Soares, secretário do Sinteal (Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Alagoas).

### **Chuva de ligações**

Desde o envio da carta ao STF, os sindicatos das categorias têm recebido uma “chuva de ligações” de trabalhadores preocupados.

Este é o relato das entidades procuradas por **Folha** no Rio Grande do Sul, estado que completará quatro anos de parcelamentos dos salários, medida que causa uma efeito cascata na economia gaúcha.

“Só hoje recebemos mais de 200 ligações, foi uma ‘chuva’. As pessoas estão preocupadas se vão receber. Todos estão em pânico”, disse à reportagem Nelcir Andre Varnier, presidente do Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul (Sintergs).

O Sintergs representa categorias como médicos, dentistas, engenheiros e advogados que trabalham para o estado. Segundo o presidente, o impacto maior da medida, se aprovada, será sobre a população, que contará com serviços ainda mais precarizados.

O número de telefonemas com dúvidas também aumentou no SindsepeRS (Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul).

“As pessoas já estão enroladas em empréstimos porque não recebem em dia. A gente espera que o STF não ceda aos encantos dos governadores. Tem outras formas de fazer ajuste, pode cortar CCs (cargos comissionados ou de confiança). Sem falar em

reduzir a isenção fiscal e cobrar os sonegadores”, disse Diva Luciana Flores da Cost, diretora do SindisepeRS.

## **Artigo: CNT crítica OAB e vai ao Supremo para manter teto de 50 salários para indenizações trabalhistas**

11/02/2019 – Fonte: EM.com (publicado em 10-02-20019)

A nova lei trabalhista colocou um freio nesse tipo de ação inescrupulosa, que chegou a quebrar várias empresas idôneas e enriqueceu muitos advogados espertos%u201D, Clésio Andrade (foto), presidente da CNT

A Confederação Nacional do Transporte ajuizou no Supremo solicitação para ingressar como amicus curiae nas ações diretas de inconstitucionalidade 5.870 e 6.069, em defesa da reforma trabalhista e, principalmente, ‘em defesa do limite estabelecido para indenizações extrapatrimoniais, aquelas motivadas por dano moral, estético ou existencial’.

Amicus curiae, ou ‘amigo da Corte’, é uma expressão em latim que designa uma instituição que se prontifica a fornecer informações e argumentos para subsidiar decisões dos tribunais sobre questões relevantes e de grande impacto social.

A ADI 6.069 foi ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, contestando o teto de 50 salários do empregado em casos de pedidos de indenização contra empresas nas causas trabalhistas de cunho extrapatrimonial.



A ação da OAB, por determinação do ministro Gilmar Mendes, foi apensada à ADI 5.870, ajuizada pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que trata de tema semelhante. Por isso, a CNT solicitou o ingresso nas duas adis.

Segundo a assessoria de imprensa da CNT, a Confederação ‘vê oportunismo na ação da OAB e uma tentativa de proteger interesses de maus advogados, que se aproveitam dos trabalhadores para requerer indenizações desproporcionais, algumas milionárias’.

“A nova lei trabalhista colocou um freio nesse tipo de ação inescrupulosa, que chegou a quebrar várias empresas idôneas e enriqueceu muitos advogados espertos”, afirma o presidente da CNT, Clésio Andrade.

### **Distorções**

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe de Santa Cruz, diz que ainda há “uma incompreensão de setores empregadores do Brasil, que acham que estão fazendo algo razoável quando, na verdade, estão perpetrando distorções”.

“Tenho usado como exemplo o caso de Brumadinho. Um turista atingido em uma pousada, a família dele não sofre limitação do valor a ser recebido pelo dano. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu que não há limitação de dano. Já o trabalhador carregando um carrinho de pedras, ali debaixo do sol, que ganhava mil reais de salário, o valor do dano pago à sua família está limitado a R\$ 50 mil”, diz.

Segundo ele, há "dois tipos de valor quando se trata da vida. A vida do trabalhador vale menos que a vida de um turista que estivesse numa pousada. Claramente, uma inconstitucionalidade. Ora, todos são iguais perante a lei. O valor da vida não pode ser quantificado, inclusive da vida de quem trabalha".

Para Cruz, se não há teto estabelecido pelo STJ para a Justiça comum, "por que haveria teto para a Justiça do Trabalho, em um país onde ocorre um acidente a cada 48 segundos? Sim, esse é um número brasileiro. Nesse ponto, a reforma trabalhista andou mal", afirma.

***Se não há teto estabelecido pelo STJ para a Justiça comum, por que haveria teto para a Justiça do Trabalho, em um país onde ocorre um acidente a cada 48 segundos?"***

***Felipe de Santa Cruz, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil***

### **Reajuste da aposentadoria não cobre despesas básicas dos beneficiários**

11/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

***Gastos com casa e saúde subiram mais do que o índice que corrige valor dos benefícios do INSS***

Os aposentados do INSS já estão recebendo o benefício com o reajuste anual, mas o percentual, de 3,43% para quem ganha mais do que o piso, não será suficiente para cobrir despesas básicas.

O metalúrgico Gentil Fernandes Rosa, 69 anos, recebe R\$ 4.080 do INSS. Com o reajuste, ele terá, por mês, cerca de R\$ 140 a mais. "Entre água, luz e telefone eu gasto em torno de R\$ 750, sem contar o convênio da minha esposa, de R\$ 1.500, que sou eu quem paga", diz o aposentado, que, ao pagar o convênio da mulher, deixa de ter condições de contratar um plano de saúde para ele.



A aposentadoria de Gentil Fernandes Rosa, 69 anos, subiu R\$ 140 por mês; ele "diz que não consegue para pagar as contas básicas" - Rivaldo Gomes/Folhapress

Convênio médico é algo que não dá para entrar no orçamento da aposentada Rosa Maria de Jesus, 57, de jeito nenhum. "Imagine! Não tem como!", diz ela. Com o benefício que ganha, no valor do salário mínimo (hoje em R\$ 998), ela acaba dependendo do pai, que tem 96 anos e também recebe o piso. Nas compras do mês, as carnes são um luxo para a aposentada, que faz bicos como diarista para complementar a renda.

Quem recebe o piso dos benefícios do INSS tem um reajuste diferente, que leva em conta não apenas a inflação, mas o crescimento do país. Em 2019, o salário mínimo subiu de R\$ 954 para R\$ 998, alta de 4,61%.

Já os benefícios maiores são calculados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), acumulado no ano anterior. Esse índice considera gastos de famílias que recebem entre um e cinco

salários mínimos. “Mas o INPC não recupera o poder de compra do idoso”, diz Marcos Bulgarelli, presidente do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados).

Em 2018, na capital, os planos de saúde aumentaram 11,24%, o cafezinho subiu 13,61% e o músculo, uma das carnes mais baratas, teve alta de 6,44%.

Os idosos sofrem ainda com a defasagem da tabela do Imposto de Renda, acumulada em 88,4% desde 1996, segundo o Sindifisco (sindicato dos auditores fiscais da Receita Federal).

Se a tabela fosse corrigida pela inflação nos últimos 21 anos, não teriam desconto do IR salários ou aposentadorias de até R\$ 3.556,56. Hoje, é isento do pagamento do imposto quem tem renda mensal de até R\$ 1.903,98.

### **Inflação**

O IPC-3i (Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade), calculado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), ficou bem acima da inflação geral do país medida pelo INPC. De acordo com o índice, que calcula a variação da cesta de consumo de famílias compostas, em sua maioria, por pessoas com mais de 60 anos, a alta acumulada em 2018 foi de 4,75%. Os dados mostram que a inflação subiu de 0,69% para 0,80% no último trimestre.

Os grupos que mais pressionaram no ano passado foram os de saúde e cuidados pessoais e alimentação, com altas de 6,63% e 5,88%, respectivamente. No grupo principal, os aumentos dos planos de saúde (10,07%), dos gastos com consultas médicas e odontológicas (9,74%) e dos medicamentos (3,92%) foram os maiores vilões do orçamento dos mais velhos, que dependem mais desses serviços.

Já no último trimestre, a inflação para os idosos foi pressionada pelo grupo vestuário, que saiu de uma queda de 0,55% para alta de 1,46%, e educação, leitura e recreação (de 2,21% para 2,85%). As roupas foram o que mais pesaram, seguidas das passagens aéreas, que tiveram uma das maiores variações do índice, saltando de 19,60% para 30,61% no período.

### **Disputa na pasta da Economia está por trás de operação padrão da Receita**

11/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 09-02-2019)

### ***Audidores não aceitam passar pelo raio-X e alegam que inspeção atrapalha fiscalização***

O governo federal chegou a uma solução de meio-termo para pôr fim à disputa entre a Receita Federal e a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) sobre a inspeção de auditores fiscais nos aeroportos brasileiros.

O pano de fundo do impasse é uma queda de braço travada pelo secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, e o secretário especial da Receita, Marcos Cintra, que, por ora, saiu vitorioso do embate.

Os auditores da Receita que trabalham em aeroportos não aceitam passar pelo raio-X e alegam que a inspeção atrapalha a fiscalização.



Fila de passageiros para passar pela Receita Federal na chegada ao aeroporto de Guarulhos –



A resolução da Anac que determina a inspeção de todos os funcionários e servidores que trabalham em aeroportos, inclusive os fiscais da Receita, foi elaborada durante a gestão de Guarany's na agência de aviação, em 2013.

A determinação vem sendo contestada pela Receita há anos, sob o argumento de que os policiais federais não precisam passar pelo raio-X.

No fim de 2018, uma liminar que suspendia a inspeção caiu, e as queixas dos auditores começaram a se avolumar nos comunicados à sede, em Brasília.

A resistência à regra se deu por meio de operação padrão, em que todas as bagagens são revistadas. Isso tem gerado filas em aeroportos como Guarulhos, Viracopos e Galeão.

A busca por uma solução para o impasse mobilizou três ministérios: Infraestrutura, Justiça e Economia.

Responsável pelo setor de aviação, a pasta da Infraestrutura, por meio da assessoria de imprensa, informou que deverá ser implementado um controle dos auditores fiscais com uso de biometria.

O acesso às áreas dos terminais será permitido somente durante as escalas de cada funcionário da Receita.

Caberá à Anac implementar o procedimento e estabelecer um prazo para início da nova inspeção.

A agência deverá editar uma resolução, após consultar a Conaero (Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias), que congrega Receita, PF, SAC (Secretaria de Aviação Civil), entre outros órgãos.

Enquanto a norma não é editada, os auditores fiscais terão o mesmo modelo de fiscalização dos policiais federais.

O assunto foi debatido com o presidente Jair Bolsonaro, que despacha do hospital Albert Einstein, em São Paulo, onde se recupera de cirurgia.

Nessa disputa, Cintra, que passou a comandar a Receita e não pertence aos quadros da instituição, advogou pelos auditores. Como a PF, a Receita também tem forte espírito de corporação.

Filiado ao PSL, Cintra é ligado a Bolsonaro e Onyx Lorenzoni (Casa Civil). Para conseguir reverter a decisão da Anac, ele recorreu diretamente à Casa Civil, sugerindo a edição de uma nova norma endereçada pela Economia.

O atalho não caiu bem com Guarany's, que fez com que a proposta tivesse de passar pelo crivo também da Infraestrutura e da Justiça.

Pessoas que participaram das discussões afirmam que Guarany's rejeitou a saída alegando que a resolução da Anac trata da segurança aeroportuária. Como a PF é a responsável por essa função, somente ela está livre da vistoria.

O que moveu Cintra nessa disputa é também um sentimento de autopreservação.

Resistentes ao seu nome, auditores tornaram pública a informação de que as movimentações financeiras da primeira-dama, Michele Bolsonaro, estavam sob escrutínio. O fogo amigo pretendia comprometer Cintra com Bolsonaro.

A solução para o caso da inspeção seria uma forma de Cintra reatar laços com a sua base, após a queda de status da Receita —que até o ano passado respondia diretamente ao então ministro da Fazenda.

Após a intervenção do ministro Paulo Guedes, na quarta-feira (6), a proposta eximindo os fiscais da Receita foi concluída na Economia. Mas, em vez de seguir para a Casa Civil, como esperavam os auditores, foi para os outros dois ministérios, que fecharam o acordo.

A Receita informou que os atrasos no desembarque ocorreram “em razão da concentração de chegada, num pequeno intervalo, de diversos voos internacionais”, negando represália.

A Anac informou que o acesso dos policiais às áreas restritas é garantido pela Constituição e o decreto presidencial de 2010 que originou a resolução os eximiu da inspeção.

Cintra disse que “vem tentando facilitar a atuação dos agentes aduaneiros” e considerou ser de sua competência “falar com o ministro Guedes e a Casa Civil”. Guaranyis não quis comentar.

## **Brasil, EUA e México lideram produção de energia eólica nas Américas**

11/02/2019 – Fonte: Agência Brasil

### **Continente americano instalou 11,9 GW de capacidade em 2018**

O Brasil, os Estados Unidos e o México despontam como líderes na produção de energia eólica nas Américas, segundo dados recentes do Conselho Global de Energia Eólica (Global Wind Energy Council – GWEC, na sigla em inglês). Como um todo, as Américas do Norte, Sul e Central responderam por 25% do total da capacidade instalada global dessa energia em 2018.

Segundo o GWEC, a capacidade instalada total de energia eólica nas Américas agora totaliza 135 GW – aumento de 12% em relação a 2017. A expectativa é que a procura por esse tipo de energia na região continue, e a organização prevê a adição de 60 GW em novas capacidades eólicas entre 2019 e 2023.

Sediado em Bruxelas, na Bélgica, o GWEC é um órgão que representa o setor de energia eólica global, reunindo mais de 1,5 mil empresas e organizações em mais de 80 países, incluindo fabricantes, institutos de pesquisa, associações nacionais de energia eólica, fornecedoras de energia, empresas financeiras e seguradoras.

#### **No Brasil**

Líder em energia eólica na América do Sul, o Brasil adicionou 2 GW de capacidade eólica à sua matriz energética em 2018 e leiloou capacidade desse tipo de energia a preços competitivos em nível global de U\$ 20 por MWh, segundo o GWEC.

A informação é confirmada pelo secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, Reive Barros. Segundo ele, o Brasil tem hoje capacidade instalada de produção de energia eólica de 14,7 GW. “Isso representa, na matriz energética brasileira, cerca de 8% do total. A meta é que daqui a 10 anos este percentual suba para 13%.”

O secretário disse que a Região Nordeste responde por 85% da produção de energia eólica brasileira, com destaques para os estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia, nesta ordem. “Num prazo mais longo, contudo, a Bahia deverá assumir a liderança, por suas dimensões territoriais e potencialidades.”

Para este ano, Barros diz que estão previstos dois leilões para implantar parques eólicos no país. Um no primeiro semestre, a ser implantado em quatro anos, e outro no segundo semestre, com prazo de implantação de seis anos. "Nossa meta para a energia eólica no Brasil é crescer 2,2% ao ano."

### **Américas**

Os dados mais recentes divulgados pelo GWEC mostram que em 2018 a capacidade instalada de energia eólica das três Américas foi de 11,9 GW – aumento de 12% em relação a 2017. Na América do Norte (Canadá e EUA), houve aumento de 10,8% na capacidade adicionada em relação a 2017. Já na América Latina, a adição de capacidades cresceu 18,7% em relação a 2017.

Segundo o GWEC, na América Latina, o compromisso com leilões serviu para impulsionar o desenvolvimento do setor. A expectativa é que a região continue a crescer na área eólica em 2019, com expansão maior da cadeia de suprimentos.

"O desenvolvimento do mercado de energia eólica na América Latina se mostra bastante positivo. O Brasil realizou novamente leilões de grande escala e esperamos que o primeiro leilão na Colômbia ocorra este mês de fevereiro. Outros investimentos na cadeia de suprimentos por parte das principais fabricantes de equipamentos originais na Argentina comprovam o potencial do mercado no longo prazo", disse Ben Backwell, diretor do GWEC.

Por causa de sua forte característica ecológica, a geração de energia eólica contribui de forma significativa para ajudar os países a cumprirem com suas metas previstas em acordos internacionais sobre o clima. O crescimento desse tipo de energia é parte fundamental da solução para reduzir emissões de gases, fortalecer a segurança energética, reduzir custos e aumentar o investimento em economias locais.

De acordo com Karin Ohlenforst, diretora de Inteligência de Mercado do GWEC, "o crescimento da energia eólica na América do Sul, em particular, comprova como essa fonte energética é competitiva nos mercados de leilão".

### **Consumo de energia elétrica deve crescer 7% em fevereiro**

11/02/2019 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 10-02-2019)

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) prevê crescimento de 7% na demanda por energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), neste mês, em comparação com fevereiro do ano passado. A expansão será de 5,3 pontos percentuais em relação ao crescimento de 1,7% relativo a fevereiro do ano passado.

A informação foi dada à **Agência Brasil** pelo diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata. Para ele, no entanto, não há motivo para preocupação, porque o carnaval deste ano cai em março – no ano passado, foi em fevereiro. "As pessoas logo pensam: 'poxa, vai crescer tanto assim a carga? Então, aí acende o sinal amarelo. Acontece que, em fevereiro do ano passado, nós tivemos o carnaval, que este ano será em março."

Barata explicou que, no período de carnaval, o consumo cai bastante com a redução no ritmo de algumas atividades, principalmente na indústria. "Então, o consumo de energia em fevereiro deste ano vai ser muito maior do que no ano passado, uma vez que a semana do carnaval é de baixo consumo, por ser de baixa produção no país."

### **Temperatura**

Lembrando as altas temperaturas verificadas em janeiro, que já levaram à quebra de cinco recordes de demanda de carga de energia ao SIN nas últimas três semanas, Eduardo Barata disse acreditar que a situação não deverá se repetir agora em fevereiro. "Nossa expectativa é de que, obviamente, vai haver crescimento de consumo, mas nada exagerado em relação às demandas que tivemos em janeiro, até

porque é possível que as temperaturas não fiquem tão alta em fevereiro quanto estiveram no mês passado.”

Nas últimas três semanas, o país já bateu cinco recordes de demanda de energia ao Sistema Interligado Nacional. O último foi batido no dia 30 de janeiro, quando a demanda máxima do SIN chegou a 90.525 MW às 15h50. O recorde anterior, de 89.114 MW, foi batido no dia 23 de janeiro.

O Subsistema Sul também registrou recorde de carga por dois dias consecutivos. No dia 29 de janeiro, foi registrado pico de 18.554 MW, às 14h28. No dia seguinte, um novo recorde: 18.883 MW, às 14h08. Anteriormente, o recorde era de 17.971 MW, no dia 6 de fevereiro de 2014. Os recordes se devem às altas temperaturas registradas no país.

### **Regras de painéis solares devem mudar e tornar alternativa mais cara**

11/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 08-02-2019)

#### ***Aneel fará audiências públicas para discutir uso do sistema de distribuidoras***

Hoje, as residências que geram parte de sua energia não pagam pelo uso da infraestrutura da concessionária, ainda que precisem do sistema para injetar e puxar energia.

Quando o regulamento foi lançado, não havia clientes assim, segundo André Pepitone, diretor-geral da Aneel.

“Criou-se uma cultura no país, e era isso que a agência queria fomentar. Agora vamos avançar e o consumidor deverá remunerar o uso da rede.”

O órgão elegeu as regras da Califórnia como o modelo a ser seguido. Após o desenvolvimento da indústria, o estado dos EUA passou a cobrar pela estrutura das distribuidoras.

“As normas antigas serão mantidas para os que já estão conectados”, diz Pepitone.

### **Crescimento econômico e forte calor elevarão demanda de energia no ano**

11/02/2019 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 10-02-2019)

A expectativa de crescimento da economia brasileira para este ano e as altas temperaturas que vêm sendo registradas neste verão devem levar a um consumo de energia elétrica 3,8% do que o de 2018. Esse aumento será 2,7% superior à carga exigida do sistema no ano passado que, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foi de 1,1% em relação a 2017.

A projeção foi feita pelo diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Eduardo Barata, ao ressaltar, no entanto, que o sistema está preparado para a alta da demanda de energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

“Nossas avaliações são de que a taxa de crescimento da carga, que é consequência do comportamento do PIB [Produto Interno Bruto, soma de todos os bens e serviços produzidos em um determinado período] e também da [elevada] temperatura, deverá ser de 3,8% agora em 2019”, disse Barata, citando projeções da EPE.

“Mesmo que o crescimento seja superior a esse percentual, não deveremos encontrar problemas de abastecimento.” Barata ressaltou que, se o crescimento do PIB for maior, com o consequente aumento da carga, será preciso “revisar o planejamento para os próximos anos”.

## **Geração**

O entendimento do ONS é que, se o país começar a usar antecipadamente a capacidade de geração e, assim, gastando em maior escala a energia armazenada, terá de haver uma avaliação da capacidade do sistema. "Eu diria que o sistema está preparado para enfrentar um crescimento maior do que os 3,8% que a gente projeta para este ano", afirmou Barata.

Ele adiantou que, em abril, o quadro será mais claro para o ONS e a Empresa de Pesquisa Energética. "Vamos trabalhar com essa meta até março, quando haverá a primeira das três revisões anuais que são feitas normalmente. Em abril, já teremos uma visão mais abalizada de quanto será o crescimento de economia em 2019 e dali para a frente."

"Do ponto de vista do atendimento [à demanda] de curto prazo, não vemos nenhum problema. O país enfrentou aí nas últimas duas semanas temperaturas e consumo muito altos e, mesmo com o sistema fragilizado, não houve problema no abastecimento", destacou o diretor do ONS.

## **Reservatórios**

Para Luiz Eduardo Barata, neste momento, não há nenhuma luz amarela acesa. "Estamos avaliando e, se houver degeneração grande dos reservatórios, obviamente, vamos alertar o Comitê de Monitoramento, mas, por enquanto, está tudo sob controle."

No fim do ano passado, ao receber a imprensa para um balanço das atividades do ONS em 2018 e as projeções para 2019, Luiz Eduardo Barata admitiu que o operador trabalhava com a previsão de que o verão seria um dos mais quentes dos últimos tempos, mas que o país não enfrentaria problemas com o abastecimento de energia elétrica.

As projeções do ONS, no entanto, eram de que a demanda ao Sistema Interligado Nacional fecharia os próximos cinco anos com crescimento médio do consumo de energia da ordem de 3,8%.

Barata disse, na ocasião, que se considerava uma taxa média de crescimento do PIB de 2,7% até 2023 (2,3% em 2019, 2,7% em 2020, 2,8% em 2021/22 e 2,9% em 2023). "E isso acaba proporcionando um crescimento da carga média [de energia] de 3,8% para o período", afirmou, então, o diretor do ONS.

Ao que tudo indica, no entanto, o que era projetado como crescimento médio até 2023 já se tornará uma realidade agora em 2019.

## **Energia livre' chega a 30% do mercado**

11/02/2019 – Fonte: EM.COM

Consumidores que podem escolher seu fornecedor de energia representam hoje 30% de toda a carga do setor elétrico, de acordo com levantamento exclusivo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O preço mais baixo tem sido o maior incentivo à migração de clientes para o ambiente livre. Comercializadores apontam que é possível economizar entre 20% a 30%.

No mercado livre, como o próprio nome indica, o consumidor pode escolher de quem vai comprar energia. O preço, quantidade, prazo de fornecimento e até a fonte também são negociáveis e definidos em contrato. O cliente desse mercado pode comprar diretamente das geradoras (as donas das usinas) ou de comercializadoras, que são uma espécie de revendedores. Para receber essa energia, porém, ele precisa estar conectado a uma rede, e paga uma fatura separada pelo serviço da distribuidora, a chamada "tarifa fio".

No fim de dezembro, 5.819 consumidoras em todo o País usufruíam do mercado livre de energia, um aumento de pouco mais de 12% em relação ao ano anterior. Metade dos clientes está em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas há um crescimento em todas as regiões. No Distrito Federal, por exemplo, a alta foi de 49%; no Tocantins, 55%; e no Pará, 20%. A energia consumida é da ordem de 20 mil megawatts médios (Mwmédios).

"O mercado livre de energia só se justifica quando tem preços mais atrativos que os do mercado regulado e, nos últimos anos, essa diferença tem se acentuado bastante", disse o presidente do Conselho de Administração da CCEE, Rui Altieri.

Atualmente, podem escolher o fornecedor de energia clientes que consomem mais que 3 MW. Além disso, uma lei permite que clientes com consumo entre 500 kW e 3 MW migrem para o mercado livre, desde que eles comprem energia proveniente de fontes alternativas. Para ter uma ideia, um transformador de poste que abastece casas de três a quatro ruas tem capacidade média de 75 kW. Esse mercado é para quem paga uma conta de energia na faixa dos R\$ 100 mil.

Uma portaria publicada no fim do ano passado pelo governo alterou os limites e vai ampliar o acesso ao mercado livre já neste ano. A partir de 1.º de julho, a migração será permitida para quem consome 2,5 MW, e a partir de 1.º de janeiro de 2020, o limite cai para 2 MW. Com essa mudança, o crescimento do mercado livre deve ser ainda maior.

A participação pode atingir a 31% ou 32% até o fim de 2020, prevê Altieri, pois 1.200 clientes que hoje não podem migrar poderão fazer essa opção. "Sempre defendemos um crescimento constante, gradual, organizado e de forma contínua do mercado livre, e é isso mesmo que está acontecendo", diz Altieri.

## **Residenciais**

Clientes residenciais consomem, em média, 160 quilowatt-hora (kWh) e, por isso, são atendidos exclusivamente pelas distribuidoras de energia, que têm as tarifas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No ano passado, os reajustes autorizados pelo órgão regulador foram da ordem de 15% a 20%, o que acentuou a vantagem do mercado livre. Os clientes atendidos pelas distribuidoras consomem 45.000 Mwmédios.

O presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite, diz que a diferença de preços a favor do mercado livre se dá por um movimento "oportunista".

Os clientes que migram para o mercado livre deixam de pagar algumas despesas que oneram a tarifa dos residenciais, como a energia de Itaipu, em dólar; de Angra 1 e 2, que é mais cara; e o empréstimo de R\$ 22 bilhões feito em 2014 para socorrer o setor, que foi incluído de forma parcelada nas tarifas até 2020. Segundo a Abradee, juntos, esses itens custam R\$ 65 por MWh, valor que não é pago no mercado livre.

"O empréstimo foi uma decisão política do governo e foi feito para evitar um reajuste muito alto em um ano eleitoral. Todos consumiram e todos têm que pagar", disse Leite. "A analogia que faço é aquela situação em que todos se reúnem em uma mesa de bar, comem, bebem, e alguns vão embora antes de pagar a conta, que sempre é alta e sobra para poucos", acrescentou.

A diretora da Aneel, Elisa Bastos Silva, reconhece que há um incentivo para a venda de energia a partir de fontes incentivadas para consumidores especiais, e que a conta é custeada pelos demais clientes, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - encargo embutido na conta de luz.

"O principal papel do regulador é colocar luz na questão, ao dar transparência em relação à CDE e sua composição de custos, e sobre como essa conta impacta os consumidores regulados e livres", disse a diretora.

### **IGP-M acumula taxa de inflação de 6,88% em 12 meses**

11/02/2019 – Fonte: Agência Brasil

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou inflação de 0,2% na primeira prévia de fevereiro. A taxa é superior à registrada na prévia de janeiro (0,03%). De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), com o resultado divulgado hoje (11), o IGP-M acumula taxa de 6,88% em 12 meses.

A alta da taxa de janeiro para fevereiro foi puxada pelos preços no atacado, medidos pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo, que registrou inflação de 0,22% na prévia de fevereiro. Em janeiro, o subíndice havia registrado deflação (queda de preços) de 0,13%.

#### **Marcello Casal/Agencia Brasil**

Por outro lado, o Índice de Preços ao Consumidor, que mede a variação do varejo, e o Índice Nacional de Custo da Construção, registraram quedas nas taxas de inflação. A inflação do Índice de Preços ao Consumidor caiu de 0,38% para 0,14%. Já a taxa do Índice Nacional de Custo da Construção recuou de 0,27% para 0,25%.

### **Instituições financeiras reduzem pela 4ª vez estimativa de inflação**

11/02/2019 – Fonte: Agência Brasil

Instituições financeiras reduziram pela quarta vez seguida a previsão para a inflação neste ano. De acordo com pesquisa do Banco Central (BC), a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou, desta vez, de 3,94% para 3,87%. A projeção é do *boletim Focus*, uma publicação semanal do BC, com estimativas de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2020, a previsão para o IPCA permanece em 4%. Para 2021 e 2022 também não houve alteração na estimativa: 3,75%.

A meta de inflação deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro da meta (4%). Essa meta tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. O CMN ainda não definiu a meta de inflação para 2022.

Para controlar a inflação e alcançar a meta, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic. Para o mercado financeiro, a Selic deve permanecer no seu mínimo histórico de 6,5% ao ano, até o fim de 2019. Para o final de 2020, a estimativa para a taxa é 8% ao ano, assim como a previsão para 2021 e 2022.

A Selic, que serve de referência para os demais juros da economia, é a taxa média cobrada nas negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

A manutenção da Selic, como prevê o mercado financeiro neste ano, indica que o Copom considera as alterações anteriores nos juros básicos suficientes para chegar à meta de inflação.

Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar

segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de ficar acima da meta de inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

### **Crescimento econômico**

A projeção para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – foi mantida em 2,50%, em 2019 e nos próximos três anos.

A previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar permanece em R\$ 3,70 no final deste ano e em R\$ 3,75, no fim de 2020.

### **Artigo: Os 5 hábitos dos investidores eficazes**

11/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo



O fato de que apenas algumas pessoas conseguem alcançar a independência financeira por meio de investimentos faz com que a razão, usualmente, seja atribuída à sorte ou a uma fórmula mágica. Isto faz com que muitos passem uma vida procurando a fórmula mágica ou tomando atitudes com pouquíssima probabilidade de sucesso, esperando pela sua vez na loteria da sorte.

O segredo para atingir a liberdade econômica está em simples atitudes, mas que são de difícil implementação, pois exigem uma grande energia inicial. O reconhecido filósofo Aristóteles, séculos antes de Cristo, já sabia o segredo, revelado por sua citação:

*“Somos o que repetidamente fazemos. A excelência, portanto, não é um feito, mas um hábito.”*

São apenas cinco hábitos que, se seguidos, podem te levar ao seu sonhado desejado. Entretanto, assim como a decolagem é a fase de maior consumo de combustível em um avião, a adoção destes hábitos exige grande esforço inicial. E é exatamente nesse início que muitos acabam desistindo ou procurando algum caminho mais fácil, mas que só leva ao ponto de partida.

A seguir listo cinco rotinas que devem ser adotadas para que trilhe o caminho da independência financeira.

### **Investir periodicamente**

Imagine que você deseja construir uma floresta em uma região. Você pode apenas plantar uma semente e esperar que a árvore cresça. As sementes da árvore inicial e aquelas trazidas pelos pássaros, que começarão a aparecer, darão início às novas árvores e sua floresta estará formada. No entanto, esse processo levará muito tempo e, possivelmente, você não estará vivo para ver o resultado.

Se fizermos a analogia do ato de plantar ao de investir, podemos dizer que é assim que a maioria das pessoas fazem. Realizam apenas algum investimento e param. Logo, nunca verão a floresta, ou seja, não estarão vivos para ter alguma fortuna.



Agora imagine que todos os dias você plante uma semente na sua terra, ou seja, que, periodicamente, invista. E que em nenhum momento, ao longo do tempo, você corte árvores, ou seja, resgate seus investimentos.

Esta rotina de investir e não resgatar, mas apenas colher poucos frutos, fará com que sua fortuna cresça e no futuro poderá viver dela.

O hábito de investir, periodicamente, e resistir às tentações do consumo para não resgatar, é um dos mais difíceis. Porém, outro hábito demanda grande esforço, o de estudar.

### **Estudar**

Não adianta apenas guardar dinheiro embaixo do colchão. Você precisa aplicar bem os recursos. Isto demanda estudo frequente dos produtos financeiros e das condições econômicas, para entender qual o melhor momento de realizar alterações em seu portfólio.

Em nossa analogia, com a formação de nossa floresta, para que ela cresça forte e mais rápido, é importante o estudo de técnicas agrícolas. O mesmo ocorre com os investimentos.

Este processo de educação deve ser contínuo, pois novos produtos surgem com frequência e as condições econômicas estão constantemente mudando.

### **Diversificar**

Para sua floresta crescer forte, ela não vai ser formada por apenas uma espécie de árvore. As diferentes espécies de árvores se complementam dando mais estabilidade e robustez ao bosque. O mesmo ocorrerá com suas aplicações. Você vai precisar diversificar.

O processo de diversificar não é fácil, pois devemos resistir a dois fatores. O primeiro é a tentação do comodismo em concentrar em uma aplicação que nos dá a falsa sensação de segurança. O outro fator contra o qual devemos lutar é o desejo de aplicar apenas no ativo que subiu mais no passado recente.

A diversificação promove a melhoria do balanço de retorno e risco de seu portfólio. É ela que vai fazer com que seu portfólio sofra menos nos momentos econômicos desfavoráveis. E aproveite os instantes favoráveis de cada classe de ativo.

### **Fugir das fórmulas mágicas e boatos**

No início do desenvolvimento da floresta é comum o desapontamento com a lentidão do crescimento. Árvores crescem devagar. Os investimentos também. Nesse instante inicial, a decepção faz com que se busque "adubos mágicos" que poderiam promover uma aceleração.

Na maioria das vezes esses "adubos mágicos" acabam por matar as pequenas árvores ainda sensíveis a elementos tóxicos.

Você provavelmente já ficou tentado a buscar formas de encurtar o caminho como: Bitcoin, "Boi Gordo", empresas de Cannabis, e-mails com promessas de retornos astronômicos, "Superinvestimentos", "Superprevidência", etc.

Entenda que todo investimento, com promessa de elevado retorno, tem embutido um grande risco de perda. Não digo que não deva investir em algo inovador, mas deve ter muito cuidado. Antes de investir, reflita, como a perda pode afetar seu patrimônio.

### **Controlar a ansiedade**

O aspecto emocional é fundamental nos investimentos. Ele é que explica o natural erro dos investidores de comprar caro e vender barato.

No longo prazo, evite vender ativos em momentos desfavoráveis e ao contrário, aproveite para comprar, nestes momentos, com os recursos de seus investimentos periódicos. Também, segure a ansiedade se seu portfólio não se valoriza mais do que o de seu amigo ou de comprar um ativo que, aparentemente não para de subir, mas que pode já estar caro.

O hábito de segurar a ansiedade nos investimentos fará com que perceba mais oportunidades verdadeiras de aplicações e escape das falsas promessas.

Estes hábitos parecem simples, mas a disciplina de realiza-los não é fácil, principalmente, no começo. Assim como no desenvolvimento de uma floresta, a criação de uma fortuna, que te levará à independência financeira, demandará esforço e disciplina em perseguir estes hábitos.

**Michael Viriato** é professor de finanças do Insper e sócio fundador da Casa do Investidor.

### **Petrobras reduz em 3% GLP empresarial nas refinarias**

11/02/2019 – Fonte: Agência Brasil (publicado em 08-02-2019)

A partir de amanhã (9), o preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) empresarial, para botijões acima de 13 quilos, ficará 3% mais barato nas refinarias da Petrobras, conforme comunicado enviado hoje (8) pela companhia a empresas do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicás).

A queda oscilará entre 2,9% e 3,1%, dependendo do polo de suprimento.

Segundo a Petrobras, os preços do GLP de uso industrial e comercial vendido para as distribuidoras tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais desses produtos mais os custos que os importadores teriam, como transporte e taxas portuárias, por exemplo.

### **Impactos da automação terá repercussão no mercado de trabalho**

11/02/2019 – Fonte:EM.com



Estudo realizado pelo Laboratório de Aprendizado de Máquina em Finanças e Organizações (Lamfo), da Universidade de Brasília (UnB), revelou quais serão os impactos da automação no mercado de trabalho brasileiro nos próximos anos. A pesquisa, baseada em consultas com 69 acadêmicos e profissionais de aprendizado de máquina, calculou a probabilidade de o trabalhador humano ser trocado por robôs.

O resultado indicou que o avanço da tecnologia vai provocar uma revolução nas profissões na forma como as conhecemos hoje. Muitas ocupações serão extintas, várias passarão por adaptações e outras vão seguir em frente.

Nesta entrevista, o professor Pedro Henrique Melo Albuquerque, do Departamento de Administração da universidade e um dos responsáveis pelo estudo, conta como os profissionais devem se preparar para essas transformações e como as empresas podem tirar proveito para ser mais eficientes e levar vantagem em relação aos concorrentes. Albuquerque também acredita que o uso de máquinas vai aprimorar o

combate à corrupção e modificar o sistema de ensino no país. Confira a seguir os principais trechos da entrevista:

### **Como o estudo projeta o mercado de trabalho no Brasil nos próximos anos?**

A automação é uma realidade e um caminho irreversível. Se todos os cenários que analisamos forem confirmados, a expectativa é de que 54% das 2.062 profissões formais no país podem ser substituídas por robôs ou programas de computador até 2026. Isso representa cerca de 30 milhões de vagas com carteira assinada.

### **Esse cenário pode levar ao aumento do desemprego no Brasil?**

Não necessariamente. Não significa que todas essas pessoas vão perder o emprego. Acredito, na realidade, que haverá uma mudança nas profissões na forma como as conhecemos hoje. Além disso, o estudo abre caminho para que as empresas orientem suas estratégias e o país desenvolva políticas públicas para se preparar para essas transformações.

### **O que influencia a probabilidade de um trabalhador humano ser trocado por um robô?**

Existe um padrão que é possível ser observado. No geral, são funções manuais, com poucas variedades de tarefas e que não exigem criatividade. Essas atividades repetitivas e maçantes são as mais simples de ser automatizadas.

### **O senhor pode dar um exemplo?**

O ascensorista. Já não faz mais sentido para a empresa pagar um funcionário para apertar um botão. Outro caso: o Senado tem o cargo de operador de máquina copiadora, que basicamente tem como função tirar xerox. São operações com alto grau de possibilidade de serem executadas por máquinas.

### **Como o profissional pode identificar que a ocupação dele é suscetível a ser substituída por robôs?**

Uma forma de perceber bem é verificar a quantidade de atividades que ele exerce. Esse nível de variabilidade é um fator importante para avaliar. Quanto mais coisas uma pessoa faz, mais difícil é ela ser trocada por uma máquina.

### **Nesse sentido, o que pode garantir que uma profissão terá maior sobrevivência?**

A propensão de uma ocupação ser automatizada diminui em serviços que envolvem criatividade, raciocínio e contato humano. Babás e artistas são exemplos claros e têm riscos perto de zero. Outro fator é o tempo de preparo.

### **O que é isso?**

É o tempo que uma pessoa levou para se especializar. Ou seja, o quanto ela estudou, desenvolveu capacidades e trabalhou naquilo para chegar a um nível elevado de experiência. Porque quanto mais tempo de preparo uma pessoa tem, mais apta ela está para exercer uma gama de atividades, improvisar e se adaptar.

Isso é difícil de ser assimilado por uma máquina. Se o tempo de preparo é baixo, vai ser simples a máquina ou o programa de computador desempenhar aquela capacitação.

### **Como os profissionais podem se preparar para não ficar pra trás diante dessas transformações?**

Quem já está no mercado precisa avaliar se aquilo que ele faz hoje é extremamente rotineiro. Então, para não ser surpreendido, precisa investir em capacitação, em funções mais cognitivas, que exigem criatividade, improviso e contato humano.

### **O senhor falou em profissões que serão transformadas. Como será isso?**

Essas ocupações vão passar por adaptações, com as atividades rotineiras ficando com os robôs e as que envolvem contato sob responsabilidade de humanos. Um contador,

por exemplo, que tem como função basicamente preencher formulários e calcular índices econômicos, pode ser trocado por um programa de computador.

Já o profissional que atua para assessorar a gestão empresarial ou intermediar acordos com sindicatos dificilmente perderá a posição para uma máquina. É preciso destacar também que algumas barreiras podem retardar o avanço da automação.

### **Que barreiras são essas?**

Muita gente, sobretudo os mais velhos, ainda não se sente à vontade interagindo com robôs e prefere ser atendida por humanos. Podemos citar também pressões políticas e relacionadas à legislação brasileira. Como exemplo, todo posto de combustível no país é obrigado a ter um frentista. Essa proteção inibe a automação.

### **Todas as profissões, de alguma forma, serão impactadas pela inovação tecnológica?**

Acredito que todas as ocupações do futuro vão ter uma pegada de programação. O profissional vai programar as tarefas rotineiras e focar suas atividades no que envolve criatividade. As novas profissões vão surgir com o aprimoramento da tecnologia, como cientistas e programadores ligados à inteligência artificial e aprendizado de máquina. Muito em breve, o contato com a máquina vai ser natural pra todo mundo.

Hoje, já existem serviços experimentais que conseguem agendar de reuniões até compromissos pessoais, como horário em salão de beleza. Em vez de um empregado perder tempo tentando conciliar as agendas de mais pessoas, a máquina consegue processar essa informação em um tempo mais curto e identificar quando o compromisso vai poder ser marcado. Mas, ainda assim, o humano estará presente.

### **Por quê?**

Porque os dados para abastecer esse robô ou o programa de computador precisam existir. Alguém vai precisar criar e gerenciar essa base de informação. Só o ser humano está preparado para isso.

### **Como as empresas podem se preparar para esse cenário?**

Automação significa basicamente a sobrevivência das empresas. Vai ajudá-las a ser mais eficientes, a atender a uma demanda com muito mais agilidade, se posicionar melhor e sair na frente. Por isso, será preciso investir em bancos de dados e na melhoria da qualidade das informações que são levantadas.

Isso vai ser primordial para a competitividade. Com esses dados, as empresas vão conseguir cada vez mais automatizar as tarefas. Isso vai impactar no aumento da eficiência dos processos, na redução de custos e também na possibilidade de certas atividades serem executadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

### **Que outros ganhos as máquinas poderão trazer?**

Os robôs poderão fornecer informações mais precisas para melhorar a tomada de decisões dos executivos. Eles vão funcionar como suporte da decisão gerencial, fornecendo simulações e apresentando possibilidades de cenários para que os executivos possam realizar as escolhas mais adequadas. Reforço novamente que, por mais que as máquinas forneçam as informações mais completas, a palavra final vai ser de um humano.

### **Como o poder público poderá aproveitar o avanço da tecnologia?**

Poderemos ter políticas públicas mais eficientes. Saber áreas mais deficitárias, onde o governo está gastando muito e, claro, identificar servidores corruptos. Os órgãos de fiscalização poderão acelerar as investigações.

### **Como?**

Na esfera pública, quando um padrão de esquema de corrupção é identificado, a máquina pode mapear contratos e apontar indícios de fraude. Aí vai entrar o trabalho

do humano, que pode se concentrar na análise de documentos específicos com fortes sinais de adulteração.

A tendência é aumentar a produtividade. Mais uma vez, também nesse cenário a presença humana será fundamental para abastecer as máquinas com informações novas, com variações dos atos corruptos e padrões inéditos.

### **A automação também vai afetar o sistema de ensino?**

Acredito que o aprendizado nas escolas vai precisar ser modificado. As crianças precisam desenvolver o raciocínio lógico desde cedo, porque a programação é universal. Não precisa de recursos elevados para ser ensinada, mas, sim, de alguém inteligente. Isso vai capacitar as novas gerações a pensar em soluções de automação.

Dentro disso, com o passar dos anos, será preciso fazer uma introdução à robótica e à inteligência artificial. Precisamos reforçar o ensino de matemática, que dá o raciocínio da lógica. Também será fundamental o ensino de inglês. Em conjunto, vamos precisar de disciplinas que explorem a criatividade, que deem uma bagagem para poder inovar e improvisar.

### **Na sua avaliação, o que ainda falta para o Brasil dar esse salto na automação e atingir o mesmo nível dos países mais ricos?**

Duas coisas. Primeiramente, será preciso qualificar os profissionais, melhorar o nível de leitura e superar a barreira para o aprendizado do inglês. A segunda é melhorar a qualidade dos dados, porque a máquina vai aprender com base neles. Hoje, muita informação vai pro lixo. É ouro o que está sendo jogado fora. O uso dos dados permite mapear processos e tornar eficiente toda a cadeia produtiva.

## **Mudanças no setor automotivo exigem aportes bilionários**

11/02/2019 – Fonte:EM.com

No mundo todo, a indústria automobilística se prepara para uma ruptura tecnológica, que vem exigindo de todo o setor drásticas mudanças de estruturas - o que envolve grandes investimentos. "As montadoras precisam de caixa para atender ao novo mercado, que terá ênfase em carros elétricos, autônomos, conectados e mobilidade compartilhada", afirma Paulo Cardamone, presidente da Bright Consulting.

Essa talvez seja a explicação para a fala da presidente mundial da General Motors (GM), Mary Barra, ao se referir recentemente às operações na América do Sul. "Não vamos continuar investindo para perder dinheiro."

Também há receios no mercado de que a Ford, que afirma ter prejuízos no Brasil desde 2013, possa fechar fábricas - movimento negado pela empresa várias vezes. Nos Estados Unidos, a companhia passa por forte reestruturação e decidiu parar gradativamente a produção de carros menores e focar apenas em utilitários-esportivos (SUVs) e picapes, produtos mais rentáveis.

A Ford enfrenta pressão do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para trazer um novo projeto para a fábrica de São Bernardo do Campo, onde produz apenas o Fiesta, modelo de baixa venda, e caminhões.

Os trabalhadores temem pelo futuro da unidade, a mais antiga do grupo no País, e terão uma reunião com o presidente da companhia na América do Sul, Lyle Watters, na próxima semana.

Em Taubaté, onde tem uma linha de motores, a Ford tentou recentemente cortar 350 vagas por meio de um programa de demissão voluntária (PDV), mas obteve apenas 128 adesões. No mês passado, os trabalhadores pararam a produção por três dias em protesto contra 12 demissões. Agora, as partes negociam uma alternativa para o

excedente de pessoal - que, segundo a empresa, foi causado pela queda das exportações para a Argentina.

Cardamone não acredita que alguma montadora vá deixar o Brasil, um dos poucos mercados que ainda têm potencial de crescimento, apesar de suas crises. "O que deve ocorrer são ajustes de capacidade, com fechamento de algumas fábricas mais ociosas, mas as companhias continuarão no País."

## **Cadeia longa**

Tido como um dos mais beneficiados por governos, o setor automotivo representa uma longa cadeia produtiva que começa no plantio do algodão usado nos bancos e na extração de minério de ferro para a produção do aço e vai até às autoescolas, que oferecem aulas de condução, e fabricantes de sachês com cheirinho de "carro novo".

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a cadeia automotiva emprega 1,3 milhão de pessoas e contribui com 22% do PIB industrial. No ano passado, o setor arrecadou R\$ 55 bilhões em tributos.

Algumas fábricas podem fazer estragos significativos nas cidades onde estão instaladas ao fechar as portas. A fábrica da GM em São Caetano do Sul, encurralada em uma área no meio da região central da cidade mais rica do ABC paulista, foi responsável em 2018 por 24% do ICMS arrecadado pelo município, cerca de R\$ 80 milhões. Em ISS, pagou R\$ 6,5 milhões, 3% do total, segundo dados preliminares da Secretaria Municipal de Fazenda. A unidade emprega cerca de 8 mil trabalhadores.

A filial de São José dos Campos (SP), que conseguiu na semana passada um acordo de redução de salários e outros direitos trabalhistas com os cerca de 4,8 mil funcionários, é a terceira maior empresa da cidade, atrás da Revap e da Embraer.

Em Gravataí (RS), a montadora colabora com 45% da arrecadação de ICMS e opera em um moderno complexo com 16 fabricantes de autopeças instalados ao redor da linha de montagem. Juntos, GM e fornecedores empregam 8 mil pessoas.

"A indústria automobilística brasileira é muito avançada, emprega muito e traz novas tecnologias, mas poderia trazer mais", diz Cardamone. Para ele, em termos de qualidade, os carros nacionais ainda estão atrás do que se vê em países mais desenvolvidos.

## **Capacidade ociosa**

O cenário que aponta para uma ruptura do modelo atual de produção de veículos ocorre em um momento em que a maioria das montadoras do Brasil opera com ociosidade de cerca de 40%. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) prevê uma produção de 3 milhões de veículos neste ano, ante uma capacidade instalada de 5 milhões de unidades.

Além da queda no mercado interno nos últimos anos, a forte redução das exportações para a Argentina colabora com o baixo uso da capacidade. David Wong, diretor da consultoria A.T. Kearney, diz que dificilmente uma empresa tem resultados positivos se opera abaixo de 75% da capacidade produtiva. "E esse é um problema principalmente nas grandes empresas, que têm várias fábricas no País."

Wong ressalta ainda que benefícios fiscais dados nos últimos anos pelos governos federal e estaduais estão acabando, o que deve dificultar a situação de várias companhias.

Um movimento que tem ganhado corpo internacionalmente, e que favorece também as subsidiárias brasileiras, são as parcerias entre marcas distintas para compartilhar

investimentos em novas tecnologias, principalmente aqueles que envolvem os carros elétricos e os autônomos.

Recentemente, a Volkswagen e a Ford firmaram parceria para o desenvolvimento conjunto de veículos comerciais, começando com uma picape. Na região, o veículo deverá ser produzido na Argentina e exportado para o Brasil.

### **Dando a volta**

Apesar da recuperação das vendas ainda ser lenta, algumas marcas projetam resultados positivos para este ano no País. No vermelho desde 2015, a Volkswagen espera voltar ao lucro na região neste ano, informa o presidente da companhia, Pablo Di Si. No ano passado, o grupo esteve próximo do equilíbrio.

Segundo o executivo, as fábricas de automóveis de São Bernardo do Campo e Taubaté operam em capacidade plena. A unidade de São José dos Pinhais (PR) inicia este mês a produção do T-Cross, primeiro SUV da marca no País, e Di Si espera ocupar toda a fábrica em breve.

A FCA Fiat Chrysler - que obteve lucro no Brasil em 2018, puxado pelas operações da Jeep, em Goiana (PE) - vai investir R\$ 14 bilhões até 2022, boa parte em novos produtos.

### **Montadoras receberam 'socorro' recorde de US\$ 15 bi das matrizes em 2018**

11/02/2019 – Fonte:EM.com (publicado em 10-02-2019)

Montadoras instaladas no Brasil receberam quase US\$ 15 bilhões (R\$ 54 bilhões) de suas matrizes no ano passado como suporte às operações locais. A maior parte veio como empréstimos que terão de ser devolvidos futuramente, e outra parcela como injeção de capital, a fundo perdido.

O socorro recorde é um termômetro da situação financeira do setor, que afirma operar com prejuízos desde o início da crise econômica, quando as vendas de veículos despencaram. A General Motors, uma das maiores montadoras no País, ameaça suspender investimentos locais se não retomar a lucratividade ainda este ano.

A entrada desse dinheiro "é uma evidência de que as montadoras precisam de apoio das matrizes para as operações locais", diz Letícia Costa, sócia da Prada Assessoria. Ao mesmo tempo, mostra que as companhias globais continuam interessadas no Brasil e acreditam que as filiais voltarão a ser rentáveis, afirma Antonio Megale, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Nos anos de bonança, são as subsidiárias que enviam dinheiro para as matrizes. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 2010. Foram vendidos no período mais de 3,5 milhões de veículos e US\$ 5,7 bilhões (R\$ 20,5 bilhões) saíram do Brasil rumo às sedes internacionais. Em 2018, ano de retomada de vendas, mas de queda na exportação, as remessas de lucro foram de US\$ 516 milhões (R\$ 1,85 bilhão). Foi mais do que nos três anos anteriores, mas bem abaixo do registrado de 2010 a 2013.

Do total recebido em 2018, US\$ 9,98 bilhões (R\$ 36 bilhões) foram empréstimos intercompanhias, normalmente feitos a longo prazo e com juros menores que os brasileiros. Outros US\$ 4,5 bilhões (R\$ 16,2 bilhões) chegaram como investimento direto. O dinheiro tem sido usado não só em investimentos, mas para pagar fornecedores e funcionários.

"Esse movimento significa que as matrizes precisam mandar oxigênio para as filiais que estão morrendo afogadas", diz o vice-presidente da Ford América do Sul, Rogelio Goldfarb. "As empresas não têm condições de se autossustentarem."

Segundo Megale, essa dificuldade é enfrentada pela maioria das empresas. A GM diz que perde dinheiro no País há três anos. Só em 2018 o prejuízo teria sido de R\$ 1 bilhão (US\$ 277 milhões), segundo fontes. A maioria das montadoras não divulga balanços no Brasil.

A GM negocia com empregados, fornecedores, revendedores e governos um plano de corte de custos. Se tiver a contribuição de todos, promete investir R\$ 10 bilhões até 2024. Globalmente, a GM passa por reestruturação e fechará cinco fábricas nos EUA e Canadá e já encerrou operações na África do Sul, Austrália, Rússia, Venezuela e vendeu a unidade da Europa.

### **Nissan firma acordo para tecnologia de recarga elétrica**

11/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 08-02-2019)



### **Companhia trabalhará na solução com Itaipu e Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação**

A **Nissan** firmou nova parceria para construir soluções de mobilidade elétrica no Brasil. A companhia se uniu ao Parque Tecnológico de Itaipu (PTI) e ao Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação (Itai) para trabalhar no desenvolvimento de carregadores bidirecionais para veículos elétricos.

O projeto começou em 2017 e tem previsão de encerramento em 2020. Com o acordo, a fabricante de carros passa a contribuir com o desenvolvimento nesta segunda fase.

O plano é criar um sistema que permita aos carros funcionar também como um meio de armazenar e compartilhar energia com a rede elétrica. Depois da fase de estudos, as organizações envolvidas pretendem fabricar localmente a solução.

A Nissan fornecerá duas unidades do Nissan Leaf para que os pesquisadores estudem a tecnologia. Segundo a companhia, o carro elétrico conta com o sistema Vehicle-to-Grid (V2G) e, portanto, é capaz de devolver energia para a rede.

Marco Silva, presidente da Nissan, assinou o acordo com os institutos de pesquisa em Foz do Iguaçu (PR) na sexta-feira, 8.

Segundo ele, o sistema permitirá que os consumidores gerenciem seu consumo energético com mais precisão, com a possibilidade de usar o carro para abastecer a casa durante picos de demanda ou em uma eventual falta de luz.

### **Mineradoras globais aprimoram sistemas de segurança**

11/02/2019 – Fonte:EM.com

As sirenes do sistema de segurança que não tocaram no Complexo do Feijão, em Brumadinho – e que poderiam ter evitado uma das maiores tragédias da história do Brasil –, acenderam o sinal de alerta em várias companhias do setor mundo afora.

Durante toda a semana, executivos da anglo-australiana BHP Billiton realizaram, na sede da companhia, em Melbourne, na Austrália, diversas reuniões para tornar as normas e protocolos de segurança ainda mais rigorosos. “Estamos perplexos e



profundamente abalados com as duas tragédias ocorridas em Minas Gerais nos últimos anos, envolvendo a Samarco e, agora, a Vale”, disse um alto executivo da BHP, que pediu para não ter seu nome relevado. “Vamos tornar nossos procedimentos de segurança ainda mais rígidos a partir de agora, não só em nossa maior operação, aqui na Austrália, mas em todas as unidades sob nossa responsabilidade no mundo.” A BHP Billiton, para relembrar, é sócia da Vale na Samarco, detentora de 50% do capital.

**"Houve muitos avanços na questão da segurança das empresas, mas essa evolução pode ter gerado muita confiança e uma certa complacência"**

A promessa de aprimoramento da segurança não significa, no entanto, que haverá alguma mudança concreta. Essa movimentação no setor da mineração já havia ocorrido após o desastre em Mariana, considerado o pior incidente ambiental do Brasil, que provocou a morte de 19 pessoas.

Na realidade, o rompimento das barragens dos complexos de Germano e do Feijão, da Samarco e da Vale, respectivamente, não significam grandes transformações no modus operandi das mineradoras de grande porte. Em Minas Gerais, predomina o uso de barragens para descarte dos rejeitos, mas, mundialmente, a extração do minério de ferro é feita em minas profundas.

Isso facilita o descarte pelo sistema de cavas, considerado mais seguro e o que está sendo proposto pela Samarco para voltar a operar. Mesmo assim, as grandes mineradoras globais registram forte aumento no número de acidentes fatais desde 2015, quando a queda da cotação do minério de ferro as obrigou a promover fortes cortes de custos. No caso da BHP, por exemplo, foram registradas cinco mortes em operações na Austrália, África do Sul e Chile no mesmo ano em que a barragem de Mariana se rompeu.

Também em 2015, outra potência do setor, a Rio Tinto, confirmou a morte de três funcionários entre janeiro e agosto, de acordo com reportagem publicada pela Dow Jones Newswires. Já em 2014, outras duas haviam sido contabilizadas. A Anglo American reportou cinco mortes em 2015.

Um ano antes, foram seis óbitos. A mineradora Glencore teve 16 mortos em 2014 e oito em 2015. “Houve muitos avanços na questão da segurança das empresas, mas essa evolução pode ter gerado muita confiança e uma certa complacência”, diz David Cliff, professor de saúde ocupacional e segurança na mineração da Universidade Queensland, na Austrália.

**DESAFIO** A justificativa para os acidentes, tanto no dia a dia da operação quanto em ocorrências inesperadas, como o rompimento de barragens, é semelhante entre as grandes mineradoras: a topografia das áreas onde o minério é encontrado. A Glencore alegou, na reportagem da Dow Jones, que a maioria das fatalidades que ocorreram se deram em “geografias desafiadoras, que não tinham cultura de segurança” antes de a companhia assumir.

Grande parte dos acidentes de mineração ocorre, no entanto, em minas fora do controle das grandes empresas. Recente exemplo disso foi a dramática ocorrência com os 33 mineiros chilenos que ficaram presos por 69 dias. A mina era administrada por uma pequena empresa local, a Compañia Minera San Esteban Primera.

Analisando globalmente, porém, a China continua a liderar, com folga, o número de acidentes fatais na mineração. Somente no ano passado, pelo que se sabe, foram 346 mortes. Apesar disso, as mortes vêm caindo vertiginosamente. Houve 7 mil vítimas fatais em 2002.

# Diálogo Industrial - Qualificação Profissional e Atuação no Mercado Externo (Curitiba)

11/02/2019 – Fonte: FIEP



## >> Capacitações

*CIN. Soluções para internacionalização.*

**DIÁLOGO INDUSTRIAL - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ATUAÇÃO NO MERCADO EXTERNO**

- Como está a qualificação do profissional da indústria hoje?;
- Como está a educação no Brasil hoje?;
- Como está a produtividade do trabalhador brasileiro?;
- As exportações brasileiras diante deste cenário?;
- Como ficam as micro e pequenas empresas diante deste cenário?;
- Onde a qualificação cruza com a exportação?;
- Reflexões. Estes conhecimentos contribuem para avaliação das dificuldades enfrentadas pelas empresas e as possibilidades de atuação empresarial coletiva, verifica-se a importância de promover a ampliação dos profissionais da indústria e a ampliação da presença das empresas brasileiras no mercado internacional.

**Data:** 20/fevereiro  
**Horário:** das 9:00 às 12:00  
**Local:**  
Campus da Indústria do Sistema do Fiep  
Av. Comendador Franco (Av. das Torres), 1341 | Sala Projeto Integrador  
\*\*Inscrições gratuitas

[Inscreva-se aqui](#)

[Mais informações](#)

Em caso de dúvidas, entre em contato com  
Caroline Pinheiro do Nascimento  
(41) 3271-9101  
[caroline.nascimento@sistemafiep.org.br](mailto:caroline.nascimento@sistemafiep.org.br)

>>> **SAIBA MAIS: CINPR.ORG.BR**

